



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco

ANO 140 NÚMERO 3062 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA

JANEIRO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Fernando Correia

Com cinco grupos económicos a dominarem os cem principais órgãos de imprensa, Fernando Correia mostra-se preocupado com o panorama mediático. É também cada vez maior o peso das agências de comunicação na produção jornalística num contexto em que nem a imprensa escapa às *fake news*. **págs. 8 e 9**



LISBOA

Hospitais à espera de serem hotéis?

Profissionais de saúde e habitantes de Lisboa concordam. A capacidade de atendimento do futuro Hospital de Lisboa Oriental é inferior à dos seis hospitais - Capuchos, S. José, Santa Marta, D. Estefânia, Curry Cabral e

MAC - cujo encerramento foi anunciado. Em causa estão também 2 mil empregos. O *boom* do mercado imobiliário pode estar prestes a cobrar novas vítimas com a venda de património histórico a privados. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO Espaço Educativo da Ajuda

Este espaço d'A Voz do Operário é o chão onde se semeia o futuro há quatro décadas e meia. Pela Ajuda, passaram gerações e gerações de crianças que experienciaram um modelo de ensino alternativo. **pág. 5**



Trabalhadores da cultura em luta

Os trabalhadores do Grupo Plural Entertainment chegaram a acordo com a administração depois de terem feito greve às horas extraordinárias. O acordo prevê a redução gradual do horário máximo de trabalho, devolvendo quase 500 horas por ano, e aumentos salariais escalonados que beneficiam os mais baixos, na ordem dos 40 euros. **págs. 11**



Utentes exigem melhor ligação fluvial

Sucedem-se as queixas contra as supressões, avarias e os atrasos nas ligações fluviais entre as duas margens do Tejo. A *Voz do Operário* atravessou o rio e testemunhou a revolta dos passageiros que se soma à insatisfação dos trabalhadores que exigem melhores salários e o cumprimento da tabela de horários. **pág. 11**



Estados Unidos retiram tropas da Síria

A ordem de retirada das tropas norte-americanas da Síria foi assinada por Trump mas levou à demissão de alguns responsáveis da Casa Branca. A saída de mais de 2 mil soldados do território sírio acontece depois de o exército árabe sírio, em conjunto com a Rússia, o Irão e o Hezbollah, ter derrotado o Estado Islâmico. **pág. 14**

Balanço e novo ano

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Chegados ao fim de 2018, permitam-me um sucinto balanço à atividade desenvolvida, em mais um ano marcante para A Voz do Operário, bem como a projeção do ano que agora começa.

Do muito que foi realizado e temos vindo a dar conta aos sócios, salientam-se as comemorações do 135.º aniversário, âmbito em que se realizaram diversas iniciativas, incluindo a sessão solene e a homenagem a Júlio Isidro.

São 135 anos de uma vida perene, devidamente documentada no livro que publicámos sobre a história d'A Voz do Operário, o qual constitui um elemento fundamental para os sócios melhor conhecerem a história da nossa Instituição.

A atividade educativa obteve um novo incremento, alcançando um número de frequências como não era atingido há décadas (recorde-se que após a implantação da República, A Voz do Operário chegou a ter cerca de oito dezenas de escolas). Este crescimento sustentado, assente na reconhecida qualidade do serviço prestado, demonstra a grande notoriedade que A Voz do Operário vem alcançando.

Mais uma vez, com o envolvimento de muita gente em trabalho voluntário, participámos nas Festas de Lisboa, com os brilhantes desfiles da nossa marcha infantil e com o nosso arraial popular, tradicional ponto de encontro e de convívio.

Mantivemos a publicação regular do nosso jornal, que passou também a ser publicado em Agosto.

Realizámos a 2.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, a qual foi coroada de um grande êxito, sendo já considerada um dos grandes eventos relativos ao Fado que anualmente se realiza.

No último mês do ano, realce para a publicação do livro de Carlos Barradas "O Capital" em banda desenhada, baseado nesta obra maior de Karl Marx, cuja apresentação decorreu perante um auditório repleto, celebrando assim os 200 anos do nascimento de Karl Marx e o 139.º aniversário do nosso jornal.

Realizámos a habitual Festa de Natal, com um salão à pinha (foi a festa mais participada de há muitos anos a esta parte), em que a dedicação e o trabalho dos professores/educadores e das crianças, nos proporcionaram um momento de grande

felicidade, envolvendo-nos numa coreografia de intensa alegria. O tema da Festa foram os "presentes improváveis", em que em lugar de bens de consumo supérfluos, as nossas crianças nos brindaram com "abraços, amor, amizade e tudo o que nos une e nos torna pessoas ainda melhores" e também nos lembraram que "quem faz o Natal, para todos nós, são os amigos".

Depois tivemos o almoço de Natal com os trabalhadores e voluntários d'A Voz do Operário, igualmente muito participado e que foi um momento de convívio fraterno desta grande família que forma A Voz do Operário.

Infelizmente, o mês de Dezembro não trouxe só boas notícias. Faleceu o nosso amigo Vítor Neves, companheiro na Direção d'A Voz do Operário desde 2004, ocupando o lugar de tesoureiro nos últimos mandatos. Vítor Neves sempre patenteou um desempenho exemplar e uma grande dedicação, deixando uma marca indelével na Instituição, onde pautou a sua atuação por uma rigorosa defesa das causas d'A Voz do Operário, com grande frontalidade e sinceridade, granjeando de todos nós uma grande amizade e respeito, a que neste momento se junta um sentimento de enorme perda.

Independente de outras, a melhor homenagem que poderemos prestar a Vítor Neves é prosseguir o seu legado, em prol d'A Voz do Operário.

Assim faremos e já em 2019 temos para cumprir o ambicioso plano de atividades aprovado pelos sócios em Assembleia Geral, o qual, prossegue a linha de rigor que vem sendo seguida, apostando em novo incremento da atividade, com uma elevada qualidade do serviço educativo e do apoio social, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, fortalecendo a ligação aos sócios, promovendo iniciativas culturais diversificadas, reforçando a oferta existente a nível desportivo e participando ativamente no movimento associativo.

Celebraremos o nosso 136.º aniversário, onde mais uma vez homenagearemos uma personalidade de mérito reconhecido e daremos especial ênfase à comemoração do 140.º aniversário do nosso Jornal, estando já a ser programado um vasto conjunto de iniciativas relevantes a propósito desta efeméride.

Com o envolvimento de todos, sócios, trabalhadores e amigos, prosseguiremos o rumo de sucesso d'A Voz do Operário.

EDITORIAL

2019

À medida que o fim de cada ano se aproxima, fazem-se balanços e conjectura-se o futuro. Quando se começa o ano, há quem se proponha mudar. Se sabemos que não varia muito a duração de cada nova viagem ao redor do sol, devíamos saber, pelo menos, que cabe a nós que cada trajeto seja mais ou menos atribulado. Para além das nossas metas individuais, importa que sejamos capazes de alicerçar o futuro neste chão nosso coletivo. Este é o ano em que o jornal *A Voz do Operário* comemora 140 anos de uma existência com profundas raízes na classe trabalhadora. Fiéis ao compromisso de quem o fundou, os jornalistas e colaboradores do mais antigo título operário em publicação reafirmam a sua fidelidade a valores como o progresso e a justiça social. Independentemente da forma como a humanidade decida gastar os próximos 365 dias, este jornal tratará de dar voz àqueles que a imprensa, de uma forma geral, prefere silenciar. Deliberadamente, televisões, rádios e jornais acabaram o ano a promover protestos organizados por grupos fascistas que não tiveram qualquer adesão. Se fizermos a comparação com a cobertura que, normalmente, é feita às manifestações e greves da maior central sindical portuguesa, a conclusão é ainda mais escandalosa. Hoje, como há 140 anos, a luta de quem trabalha é silenciada pelos principais órgãos de comunicação social. É por isso que jornais como *A Voz do Operário* mantêm a sua validade.

Este é também o ano das eleições europeias e legislativas. Os eleitores vão ser chamados a votar em maio e em outubro. Ainda que o nosso conceito de democracia vá muito para além do ato de introduzir um boletim de voto na urna, não temos dúvidas de que serão momentos em que quem vive e trabalha em Portugal pode e deve expressar a sua vontade de um rumo que interrompa definitivamente com as políticas que satisfazem os grandes grupos económicos e financeiros e que conduzem o país ao abismo da pobreza, das desigualdades sociais e da submissão à União Europeia.

De resto, é nas ruas e nos locais de trabalho que a esmagadora maioria da população se deve expressar. Porque a democracia real se constrói a partir da maioria e não da minoria. Se deixarmos que continuem a decidir por nós os que vivem barricados nas administrações de bancos e de grandes empresas, o caminho do desastre é certo. Cabe-nos fazer de 2019 mais um ano de resistência e luta.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelana, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



BANDA DESENHADA

A Voz do Operário lança nova edição d'O Capital



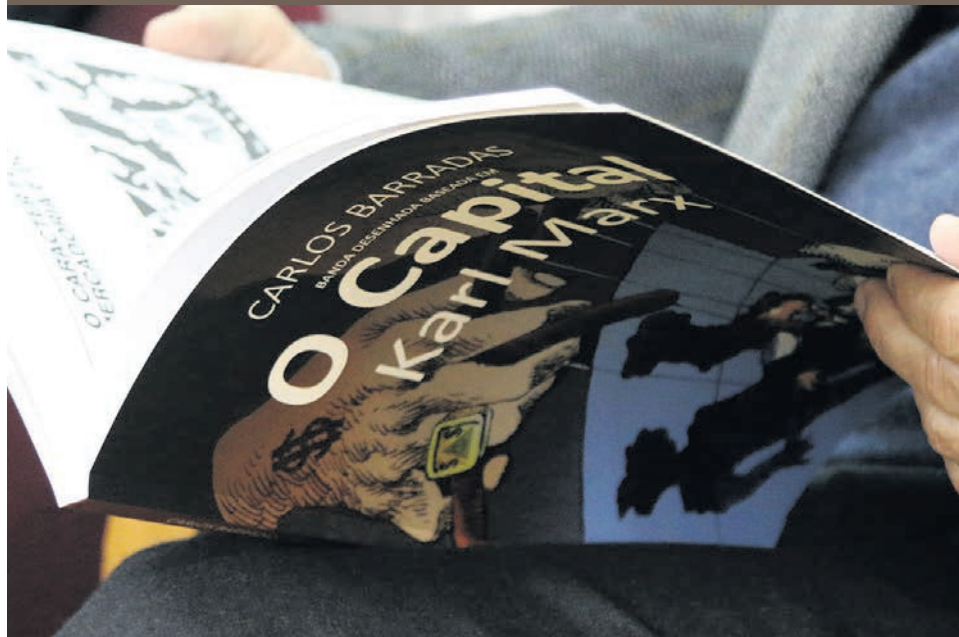
Sessão de lançamento no Auditório João Hogan

O Auditório João Hogan d'A Voz do Operário foi pequeno para receber o lançamento da reedição da adaptação de O Capital, de Karl Marx, para banda desenhada, no mês passado. Publicado originalmente em 1978, com desenhos de Carlos Barradas, a nova edição d'A Voz do Operário, em conjunto com a editora Althum, insere-se nas comemorações do segundo centenário do nascimento do revolucionário alemão Karl Marx.

Numa sessão moderada por Vítor Agostinho, diretor-geral da instituição, Luís Nazaré Gomes agradeceu o apoio d'A Voz do Operário no projeto e afirmou que se trata de uma “ferramenta útil para apreender a teoria económica de Karl Marx de maneira acessível”. O editor da Althum que destacou também a forma digna com que a editora ajudou a assinalar os 200 anos do nascimento do comunista alemão não escondeu o prazer que lhe deu trabalhar a republicação da obra. Lembrou o “trabalho impressionante do ponto de vista gráfico” feito numa altura em que “não havia computadores”.

Numa intervenção pautada por histórias anedóticas que recordaram o contexto em que se deu a criação

“Como a história da nossa Instituição o demonstra, é profunda e íntima a relação de todo o universo marxista com as pedras basilares d'A Voz do Operário. Seria assim de elementar justeza assinalar e celebrar o segundo centenário de Karl Marx em conjunto com os 139 anos do jornal A Voz do Operário. E que melhor homenagem se presta a uma ideia se não perpetuá-la através das obras que fomentam a ação transformadora?”



O livro de banda desenhada baseado n'O Capital de Karl Marx está disponível, entre outros locais, em todos os espaços d'A Voz do Operário e nas livrarias aderentes. **Está à venda ao público por 15€ e os sócios da instituição têm 20% de desconto.**

original da banda desenhada, o autor Carlos Barradas lembrou que a ideia surgiu durante o processo revolucionário. Foi Sérgio Guimarães, das edições Na Revolução, que, entusiasmado, no seu atelier, apresentou a proposta de fazer O Capital em banda desenhada ao artista que acabava de sair da faculdade e que colaborava com a Visão, uma revista de pouca duração que promoveu trabalhos de autores portugueses. Juntaram-se especialistas em economia e em dramaturgia para sintetizar os capítulos d'O Capital e adaptá-los com uma “linguagem acessível”. A coordenação e textos ficaram a cargo de Orlando Neves, o conteúdo dos balões sob a responsabilidade de Pedro Rodrigues e a letragem de Catherine Labey. Mas o livro esteve para não ser publicado. Quando a banda desenhada já ia a meio, o investidor ficou sem dinheiro e a obra guardada numa gaveta. Mais tarde, conta Carlos Barradas, o editor conseguiu investimento e insistiu para que prosseguisse o trabalho quando o artista já estava envolvido noutros projetos. O autor arrancou gargalhadas do auditório quando explicou que Sérgio Guimarães o convidou a uma casa na qual tinha materiais de desenho e onde o fechou à chave durante várias horas. Carlos Barradas que acabou por aceitar prosseguir o trabalho que foi concluído em 1978 descreveu ainda as peculiaridades de trabalhar nos anos 70 sem as ferramentas dos dias de hoje. Este livro, “único no mundo”, acabou por descobri-lo também em Cuba onde o usavam “para ensinar O Capital aos mais jovens”.

A palavra final coube a Manuel Figueiredo, também autor do prefácio nesta edição, que quis expressar o propósito da instituição em reeditar O Capital em banda desenhada. Depois de fazer uma breve referência às teorias económicas desenvolvidas por Karl Marx nesta obra, o presidente da direção d'A Voz do Operário destacou que as crises do capitalismo continuam e que o revolucionário alemão “mantém-se como inspiração para as lutas de hoje”.

No fim da apresentação, antes de um pequeno convívio, Carlos Barradas autografou dezenas de livros e realizou-se um pequeno convívio.

INSTITUIÇÃO

A Voz do Operário: Solidariedade ou Caridade?

Luís Caixeiro

Vice-presidente da Assembleia Geral
d'A Voz do Operário

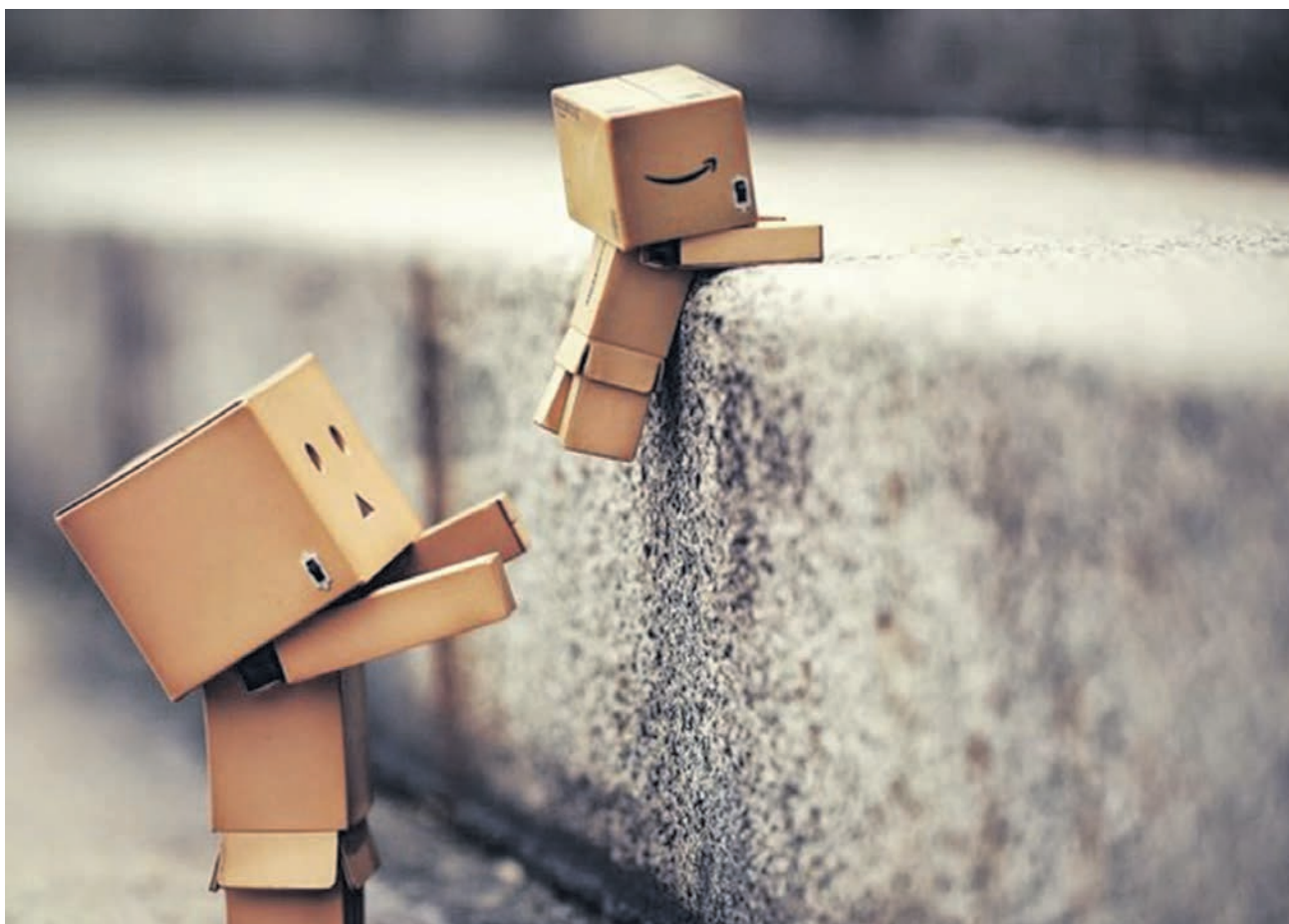
A Voz do Operário desenvolve uma importante actividade de apoio social. Fazendo jus às razões da sua criação, A Voz olha o meio que a envolve e procura intervir para melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras. Fá-lo com um profundo sentido de classe, distinguindo a iniciativa solidária inserida num processo de acção mais vasto pela erradicação dos modelos de perpetuação da pobreza, da caridade como elo de um sistema de exploração a que pretende dar rosto humano e alargar mercado.

Solidariedade, pelo progresso social

Quando a Assembleia Geral da Associação dos Manipuladores de Tabaco de Portugal – organização solidária de trabalhadores – decidiu criar este jornal foi porque aqueles operários, sequiosos de elevar as suas *“condições materiais e moraes”*, necessitavam *“ter na imprensa quem com inteiro conhecimento advogasse sua justíssima causa”*. Assim também, quando os mesmos operários tabaqueiros decidiram criar uma escola, foi por compreenderem que os seus filhos tinham de se libertar das amarras do analfabetismo e, mais do que isso, ser educados pelos valores da sua classe e não pelos valores da classe que os explorava e oprimia. Também quando se decidiu a garantir o direito ao funeral dos seus associados, A Voz do Operário procedeu consciente que, no momento da morte miserável, aos trabalhadores ainda lhes era roubada a dignidade a que tinham direito.

A solidariedade tem uma origem de classe, não é um favor que se faz porque sentimos pena do outro, mas uma acção que se assume porque, simplesmente, o outro tem direito a ela e a humanidade dela não prescinde.

No presente, a acção social d'A Voz não é de menor importância. Um serviço de apoio domiciliário na alimentação e higiene a 40 pessoas, centro de convívio para mais de 30 idosos, serviço de apoio a carenciados que fornece refeições diárias a 60 pessoas e um balneário público ao qual recorrem dezenas de utentes. Este conjunto de serviços, que procura dar resposta a necessidades básicas, não está separado da restante actividade da instituição. Mais de 1200 crianças que n'A Voz aprendem a ser homens e mulheres plenos, uma intensa actividade associativa própria e inserida no movimento associativo popular, uma permanente disponibilidade para ceder os seus espaços e equipamentos para iniciativas de vária ordem, acordos e protocolos com objectivos de preservação e divulgação da cultura operária e popular, edição de livros e a publicação do seu jornal são elementos de um compromisso



“A solidariedade não é um favor, mas uma acção que se assume, porque o outro tem direito a ela...”

permanente com as lutas progressistas dos trabalhadores e das populações.

Ainda uma referência fundamental. A Voz do Operário é uma organização sem fins lucrativos, parte do movimento associativo popular, de raiz operária, que conta com mais de 200 trabalhadores. As condições laborais e remuneratórias desses trabalhadores estão longe de ser as que merecem e necessitam e por isso estes encontram n'A Voz um companheiro colectivo na luta pelos seus direitos. A situação contraditória d'A Voz do Operário – organização de classe a viver numa sociedade que combate – não a baralha.

Caridade a quem serves?

Convém distinguir a caridade como conceito e prática que visa manter uma matriz de funcionamento social da acção que muitos homens e mulheres, imbuídos dos melhores sentimentos, concretizam. O prato de sopa que se come na noite escura e aquece o corpo cansado e faminto, pode gerar um honesto sentimento de gratidão a quem come e um igualmente sincero sentimento de bondade a quem o proporciona.

Mas a caridade é, sobretudo, uma prática que visa atenuar momentaneamente e de forma individual as chagas de uma sociedade desigual, criando uma posição de aparente benefício e efectiva inferioridade a quem o recebe e uma posição de superioridade

benevolente a quem a pratica. Serve, a caridade, um quadro ideológico de desigualdade natural em que uns têm direito à riqueza e à dignidade e os outros se devem resignar à fatalidade da pobreza do corpo e a almejar a salvação do espírito. Cumpre ainda, a mesma caridade, um papel de prevenção aconselhando à contenção dos que não estando satisfeitos nos seus direitos receiam cair na desgraça.

Na sociedade de mercado a caridade é também uma oportunidade de negócio para as chamadas telefónicas de valor acrescentado, o aumento das vendas de supermercado e até de bilhetes de teatro, a especulação com fundos angariados, as receitas de publicidade, a intensificação da exploração dos trabalhadores e a sempre conveniente lavagem de imagem das mais sinistras personalidades e instituições.

Uma opção de classe

O combate à caridade, não se concretiza no campo da moral, trava-se no campo económico, político e ideológico. É no avanço dos direitos, na elevação dos salários, nos apoios sociais e nos serviços públicos de direito universal, na justiça fiscal, no fim dos benefícios dos capitalistas, enfim, na luta por uma sociedade nova e justa que as forças da solidariedade, entre as quais se encontra A Voz do Operário, se concentram e actuam.

ESCOLAS - ESPAÇO EDUCATIVO DA AJUDA

Uma escola que semeia um futuro diferente



Recreio do Espaço Educativo da Ajuda

O Espaço Educativo da Ajuda d'A Voz do Operário encontra-se num edifício cujas paredes respiram história. Entre várias casas térreas destinadas aos empregados do Palácio Nacional da Ajuda, sobretudo, durante o reinado de D. Luís I, a escola situa-se naquela que foi a morada do trintanário de uma das aias da rainha D. Maria Pia. É Dora Agostinho que faz a apresentação do espaço. Há 28 anos nesta escola, a coordenadora técnica-pedagógica explica que um casal de professores viveu neste edifício onde também davam aulas. A Voz do Operário chegou a ter alunos seus a frequentar o espaço. Não foi estranho, pois, que em 1974, quando se aposentaram, a instituição passasse a gerir a escola que é, hoje, propriedade do Ministério das Finanças.

Ali mesmo ao lado, a Junta de Freguesia da Ajuda “tem sido, desde sempre, uma boa parceira”, afirma Dora Agostinho. Com uma população envelhecida numa freguesia que está a mudar, uma parte das crianças é da Ajuda e, outra parte, de localidades como Queluz, Linda-a-Velha, Carnaxide e Benfica. “Há uma identificação da nossa escola enquanto parte integrante da comunidade local. Muitas vezes, se temos algum problema, podemos recorrer a diferentes associações e entidades. Também podemos fazer atividades nesses locais porque a nossa forma de trabalhar não nos obriga a estar fechados na escola. Às vezes vamos trabalhar para o Jardim Botânico, por exemplo”, explica a coordenadora.

Uma escola inovadora

O espaço educativo tem jardim de infância dividido em duas salas com crianças dos três aos cinco anos. O 1.º ciclo tem três turmas com meninos do 1.º ao 4.º ano. “São grupos heterogéneos em cada sala. Também no ATL. No total, temos 96 crianças e 10 funcionários em permanência”. Sobre os efeitos positivos da heterogeneidade, explica que “os grupos separados por idades tampouco são homogéneos”. Que “há sempre meninos que vêm a ler do pré-escolar e meninos que nunca viram uma letra. As pessoas é que acham que ter seis anos é igual para todos. Quando chegas a um segundo, terceiro ou quarto ano é a mesma coisa. Os níveis de conhecimento dos miúdos continuam a ser diferentes. Há uns que se interessam mais por umas coisas e outros por outras”.

Sobre o modelo pedagógico, Dora Agostinho destaca que para o desenvolver “uma pessoa tem também de ser”. Quando entra um novo funcionário na escola, a coordenadora explica que nem sempre é fácil adaptar-se a uma nova realidade. “O caminho que as pessoas têm de fazer é um caminho que parte da experiência concreta. Não é uma coisa em que ficamos a olhar para um *powerpoint* e aprendemos de imediato. Tem a ver com a experiência prática e alguma reflexão acompanhada que fazemos em con-

junto. Naturalmente, estamos cá para nos ajudarmos mutuamente a superar obstáculos”.

A coordenadora explica que nesta sociedade “os miúdos são considerados pessoas inválidas”. Que toda a gente “está habituada a mandar e a ralar com eles”. Um conjunto de comportamentos que não querem que exista nesta escola. “A maior parte dos pais escolhe a escola pelo modelo que tem e são pessoas que já vêm de alguma forma informadas sobre isso. Antes de se inscreverem, fazemos questão de falar com eles e abordar um bocadinho a forma como trabalhamos e a forma como as coisas se desenvolvem. Temos de ir integrando”.

Também os alunos passam por esse processo. Geralmente, uma criança demora cerca de três meses a adaptar-se à forma de organização da escola. Num grupo heterogéneo é mais fácil, explica Dora Agostinho, “porque os mais velhos já estão integrados e os mais pequenos apanham o comboio a andar”.

As salas têm uma organização que serve de base a isto tudo. “Temos um conselho todas as sextas-feiras, revemos o diário para ver problemas ou propostas que estão em cima da mesa. À segunda-feira, fazemos um conselho para planificar a semana baseando-nos nas coisas que ficaram por fazer na semana anterior. Nas coisas que nos vieram à cabeça e que queremos fazer. Fazemos o plano semanal e eles elaboram o seu plano individual de trabalho baseado no plano semanal prevendo os temas que vão ter”. Mas há mais. Há equipas de dia que gerem a sala, desde dar a palavra à arrumação da sala. Há responsáveis semanais por cada uma das tarefas. Para além disso, há também uma folha de apoios para quando uma criança precise de ajuda. “À segunda-feira, eles dizem se precisam de apoio nalguma das matérias e posso ser eu como pode ser outro miúdo qualquer que diz: olha eu estou bem nisso e posso ajudar-te. No grupo decidimos quem vai ser apoiado, por quem vai ser apoiado e em que dia é que vai ser apoiado e ainda a avaliação do apoio. Em conjunto, avaliamos se correu bem”.

Com A Voz do Operário há mais de 44 anos a marcar o futuro de milhares de crianças na Ajuda, a vontade é de crescer e de continuar a semear um futuro diferente.

Espaço Educativo da Ajuda Creche e pré-escolar

Alunos: 96

Funcionários: 12

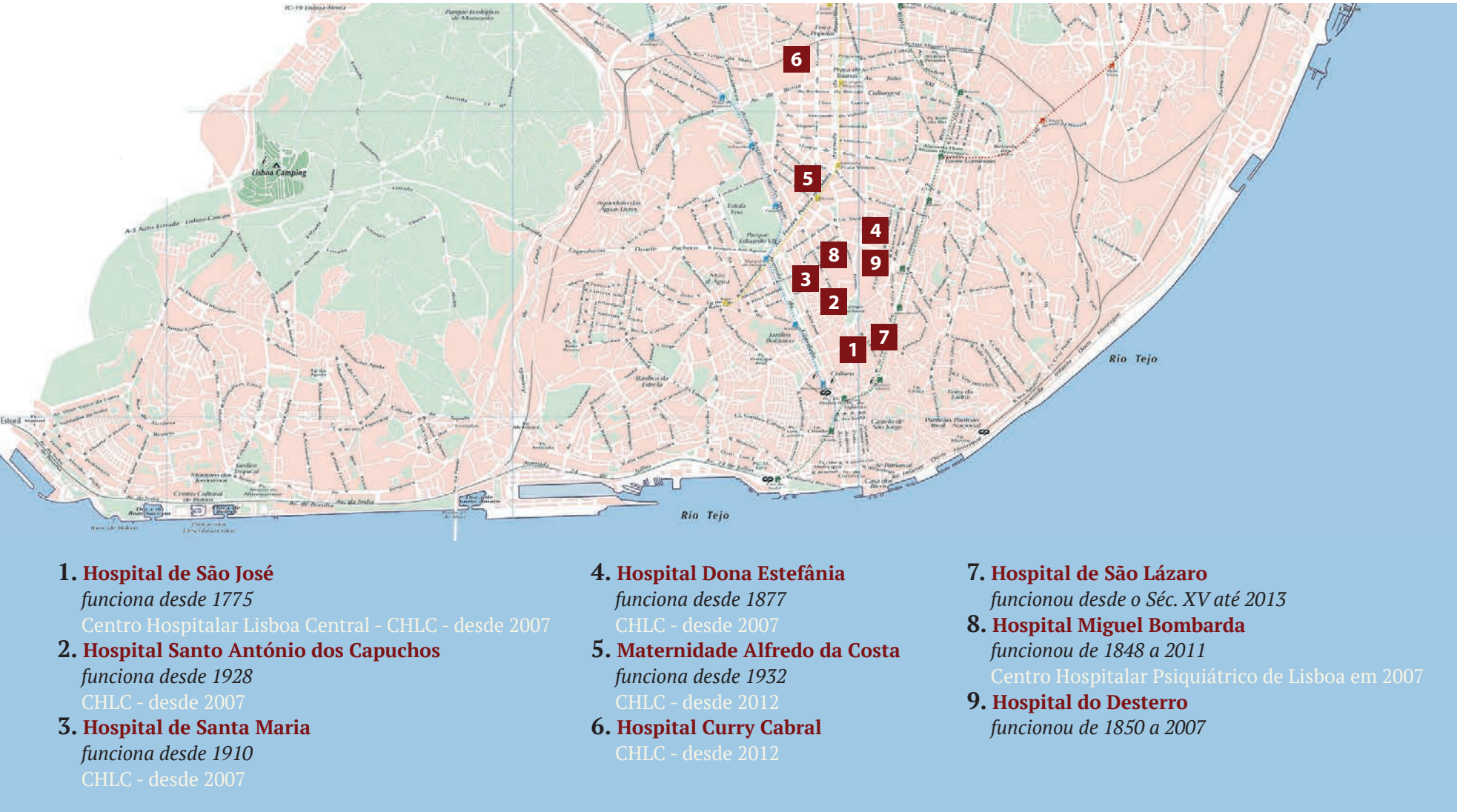
Calçada da Ajuda, 234 R/C, 1300 - 012 Lisboa

Horário de funcionamento: 08h00 às 19h00

Telefone: +351 213 645 710

E-mail: escolaajuda@vozoperario.pt

LISBOA



Operação urbanística em curso

Hospitais à venda

Em 2006, Carmona Rodrigues e José Sócrates, eleitos pelo PSD e pelo PS, cumpriam, respetivamente, o segundo ano à frente da Câmara Municipal de Lisboa e do governo português. Nesse ano, a Estamo e a Fundistamo compram o Hospital do Desterro, encerrado também em 2006. A Estamo, empresa pública que havia sido criada em 1993, durante o governo liderado por Cavaco Silva, vocacionada para a compra de imóveis ao Estado ou outras entidades públicas e privadas para revenda, arrendamento ou alienação, servia assim, com a Fundistamo, empresa da Parpublica, para a atividade de gestão de fundos de investimento imobiliário e de ferramenta estatal para aliviar, a curto prazo, as contas públicas e para diminuir o défice.

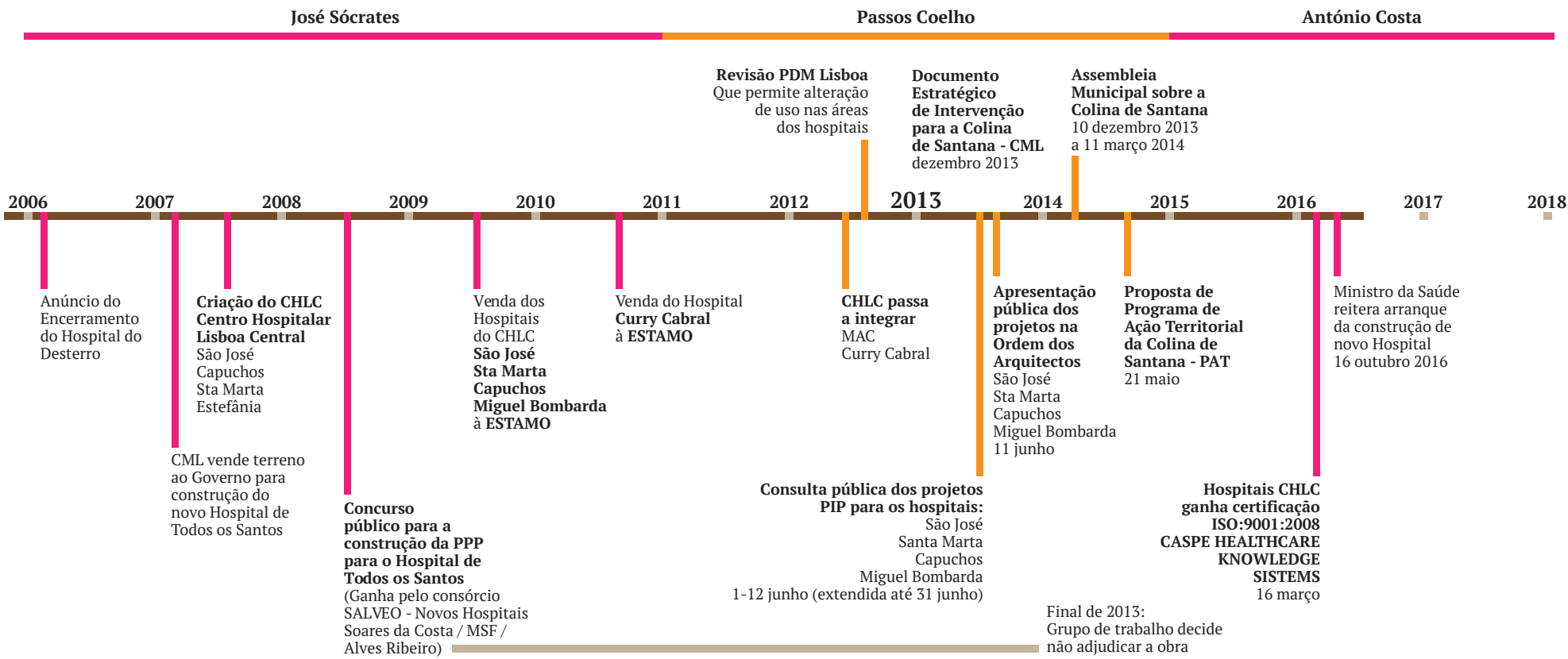
Bruno Amaral de Carvalho

Em 2004, a Estamo vendeu o Hospital de Arroios por 11,2 milhões de euros a duas empresas do grupo Fibeira. Horas depois, o mesmo edifício era vendido a uma sociedade imobiliária espanhola por 21 milhões de euros. Quatro dias antes destas operações, a autarquia aprovara a construção de habitação e comércio no terreno do antigo hospital quando este ainda era propriedade da Estamo. Esta venda foi objeto de investigação por parte da Polícia Judiciária e, em 2012, pairavam dúvidas sobre os critérios da venda de

imóveis do Estado à Estamo com o Tribunal de Contas a concluir “ser deficiente e inapropriada – ou mesmo inexistente – a fundamentação das decisões de alienação de imóveis”.
A empresa pública é uma peça-chave no processo de compra da totalidade dos hospitais da Colina de Santana com o objetivo de os dismantlar e alienar promovendo uma gigantesca operação imobiliária. Depois do encerramento do Desterro, tratava-se de fechar mais seis hospitais - Capuchos, S. José, Santa Marta, D. Estefânia, Curry Cabral e Maternidade Alfredo da Costa - e construir o Hospital de Todos os Santos (agora, Hospital

de Lisboa Oriental) substituindo assim o Centro Hospitalar de Lisboa Central (CHLC). O anúncio foi feito já durante o mandato de António Costa à frente da autarquia de Lisboa, que vendeu um terreno com 100.561,00 metros quadrados em Chelas para a construção do futuro hospital por 13.394.725,20 euros.
Modelo neoliberal de cidade
Esta operação enquadra-se na mudança de paradigma que colocou Lisboa “a par da tendência global dos governos locais na gestão urbana segundo um modelo neoliberal: tangível em produtividade,

competitividade e subordinação às lógicas de mercado e ainda na produção de valores passíveis de serem transacionáveis” como escreveu Ana Jara no jornal *Le Monde Diplomatique*. De acordo com a arquiteta, a autarquia “redefiniu uma cidade atrativa para os grandes investimentos privados. A reabilitação urbana reclamada durante décadas, aconteceu sobretudo na forma de operações de reabilitação e valorização imobiliária do seu edificado. E deu forma a um processo de gentrificação de pressão crescente no centro, que vão expulsando residentes e, aprofundando divisões sociais no espaço urbano”.



Operação de redimensionamento do Serviço Nacional de Saúde

A crise de 2008 e a interferência do Fundo Monetário Internacional, da União Europeia e do Banco Central Europeu, a chamada troika, na gestão do país, “impulsionaram fortemente esta viragem para uma cidade neoliberal”, explica Ana Jara. E enumera quadros jurídicos que favoreceram esta mudança: “a Nova Lei do Arrendamento Urbano (2012) acompanhada de medidas para atração de investimento externo: Golden Visa (2012), o Regime Fiscal para os Residentes Não Habituais (2009) e um muito favorecedor Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário (2010). Junta-se a este estado de exceção, o regime temporário de Reabilitação Urbana (2014) que agiliza e simplifica os procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana (com benefícios fiscais) e de controlo prévio das operações urbanísticas”.

Sucessivos atrasos

Em outubro deste ano, quando Mário Centeno quis apresentar vários hospitais como novidade, vários jornais recordaram-lhe que o Hospital Lisboa Oriental é um projeto sucessivamente adiado e que já estava previsto há muito. Já teve um concurso lançado, em 2008, pelo governo de José Sócrates. No entanto, a decisão de adjudicação ao consórcio vencedor foi anulada no final de 2013. O ministro das Finanças garantiu que agora era de vez mas um ano depois da aprovação do lançamento do concurso pelo Conselho de Ministros a data para entrega de propostas voltou a ser adiada e passou para o final deste mês. Em causa está a celebração de um contrato de gestão para a conceção,

projeto, construção e manutenção do Hospital de Lisboa Oriental, em regime de parceria público-privada. O concurso que tinha inicialmente seis meses previstos como prazo final para a entrega de propostas — ou seja, terminaria em junho do ano passado — vê o prazo adiado mais uma vez. Adalberto Campos Fernandes, sublinhava tratar-se “do maior investimento em saúde de que há memória nos últimos 30 anos” e de “um passo decisivo na reforma estrutural da rede hospitalar da Grande Lisboa”. O futuro hospital vai avançar em regime de Parceria Público-Privada e vai custar 415,1 milhões de euros em 27 anos, com nova previsão de abertura para 2023. Segundo o ex-ministro da Saúde, “o Hospital de Lisboa Oriental irá servir uma população que ultrapassará um milhão de habitantes” e vai substituir quatro velhos edifícios, “alguns deles centenários que não têm hoje nenhuma condição de modernização possível”: São José, Santa Marta, Dona Estefânia e Capuchos.

Um hospital com menos capacidade

Posição contrária tem o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA). Sebastião Santana recorda à *A Voz do Operário* que o CHLC recebeu, em 2016, a acreditação da CHKS, um dos programas internacionais mais conceituados de acreditação para organizações de saúde, e que para além de servir a população de Lisboa são hospitais aos quais recorrem milhares de utentes da metade sul do país para atendimento em especialidades como neurocirurgia, traumatologia, cirurgia

Hospitais	2003	2009	2013		2023
São José	538	401	389	Oriental de Lisboa	825
Capuchos	521	341	226		
Sta Marta	224	208	201		
D. Estefânea	278	206	141		
Cury Cabral	484	374	334		
MAC	150	150	112		
Total:	2195	1680	1403		825
	2195	- 1370 camas			
		1403	- 578 camas		

Redução do número de camas hospitalares ao longo dos anos em Lisboa

maxilo-facial, entre outros. O dirigente sindical diz que “do que se conhece do projeto tem menos 600 camas do que o conjunto dos hospitais existentes hoje e é um problema maior porque esta diferença não reflete o corte de camas que houve nas últimas décadas”. Também refere que se espera um corte em 2 mil postos de trabalho e questiona o governo: “ou o executivo acha que tem 2 mil pessoas que não fazem nada ou vai entregar as funções desempenhadas por estes trabalhadores ao setor privado”. Para Sebastião Santana não há dúvidas. “É um negócio imobiliário. O conjunto hospitalar desta área é maior do que a Baixa Pombalina. Põem esses interesses à frente das pessoas, quer do ponto de vista do Serviço Nacional de Saúde, quer do ponto de vista dos trabalhadores, não há nada que justifique”.

Uma médica que aceitou falar com *A Voz do Operário*, e que preferiu não se identificar, explicou que os hospitais

que atualmente compõem o CHLC “não são hospitais autónomos, no sentido em que cada um deles não pode funcionar isoladamente sem os outros. Cada um tem especialidades e valências que não existem nos outros, é como se fosse um hospital enorme com vários serviços espalhados pela cidade”. A profissional de saúde até concordaria com a construção de um novo hospital mas sempre e quando tivesse “uma capacidade superior à soma da que têm todos estes hospitais antigos” porque, segundo diz, “não se trata apenas de construir um espaço físico mas também de admitir que são necessários mais profissionais”. Outra das coisas com a qual discorda é a gestão ser dentro de uma parceria público-privada. “Para mim é impensável que estes edifícios sirvam para especulação imobiliária ou qualquer outro tipo de actividade com fim lucrativo e que despreza toda a importância histórica destes edifícios”.

FERNANDO CORREIA

“Algumas agências de comunicação têm mais profissionais do que as redações de alguns jornais”

Quando se deu a revolução de Abril de 1974, estava encarcerado em Caxias com outros jornalistas por se opor ao regime fascista. Saiu da prisão para o Diário de Lisboa onde publicou uma reportagem sobre a estadia no cárcere. Para além de jornalista, Fernando Correia dedicou-se durante anos ao ensino em várias universidades e à investigação com uma dezenas de livros publicados.



Bruno Amaral de Carvalho

Qual é, hoje, o panorama do setor da comunicação social?

Há cinco grupos económicos que dominam mais de uma centena dos principais órgãos de comunicação social, incluindo televisão, rádio nacional e regional, imprensa diária, semanal e regional, e também plataformas digitais. São grupos de comunicação social que têm como pólo central capitalistas dedicados à indústria mediática, sendo que em todos eles existe também participação de capital financeiro português e estrangeiro. E alguns desses grupos são eles próprios extensão de capital estrangeiro, nomeadamente, a Media

Capital que pertence à Prisa, uma empresa espanhola multinacional que detém o *El País*, e que é o maior grupo mediático da América Latina.

Acha que o facto de a propriedade desses meios estar em parte nas mãos de capital estrangeiro põe de certa forma em perigo a nossa soberania nacional?

Só por si não significa isso porque o facto de haver capital português nestes meios também tem implicado subordinação externa. O perigo não está, só por si, na participação de capital estrangeiro, mas sim no poder de classe (o grande capital) e no negócio assente, por um lado, em duas coisas fundamentais que são a conquista de audiências e o aumento da publicidade, com

objectivos puramente mercantilistas; por outro lado, a preocupação de quem manda nos media não é propriamente esclarecer, informar, mas sim defender o negócio e simultaneamente promover a ideologia dominante e as políticas e as práticas sociais que a servem.

Como chegámos aqui?

Nos anos finais da ditadura, Marcelo Caetano fez com que vários capitalistas comprassem jornais como *O Século*, o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa*, a fim de garantir o controlo da informação. Foram comprados pela banca. Quando esta foi nacionalizada em 11 de março de 1975, os jornais automaticamente ficaram nas mãos do Estado. Justamente, um dos períodos mais vivos da luta dos jornalistas depois do 25 de

Abril foi no período em que os jornais estavam nas mãos do Estado, já com governos de direita, e havia muitos jornalistas de esquerda, gente que tinha sofrido com a censura fascista, e depois apoiou o processo revolucionário, resistindo e opondo-se à reprivatização da banca e, consequentemente, à venda dos jornais ao grande capital.

Depois as coisas continuaram a piorar, com a formação dos governos de direita e a política de recuperação capitalista. Dantes, havia secções de trabalhadores em vários jornais. Havia notícias das fábricas, do trabalho, das reivindicações. Havia rubricas de media onde se falava de jornais e jornalistas e do seu trabalho, começava-se também a falar das novas tecnologias e suas implicações na profissão. A partir de certa altura, desapareceram as secções de trabalhadores. Só se passou a falar deles, incluindo os jornalistas e os outros trabalhadores da comunicação social, quando fazem greve. Passou a não haver notícias sobre o mundo do trabalho em Portugal, só uma ou outra coisa superficial e sem ir às causas profundas.

Os media são um pilar fundamental do sistema em que vivemos?

Claro que são, e é preciso ter consciência disso. Os media têm uma importância transversal na sociedade, mas têm também um significado estrutural. Transversal porque condiciona e determina a forma da consciência social das pessoas e reflete-se em todos os setores da sociedade. Há uma transversalidade que nem sempre é tida na devida conta. Mesmo que as pessoas não leiam jornais, mesmo que não vejam televisão, mesmo que não tenham uma ligação direta com os media, são influenciadas através das relações interpessoais com os amigos, a família, etc. Acontece ainda que, muitas vezes, essa relação não reflete uma apreensão de conteúdos mais elaborados, mas apenas a leitura dos cabeçalhos, dos títulos, das aberturas dos telejornais.

E estruturalmente?

Estruturalmente, há uma ligação direta com o grande capital, porque é ele que tem capacidade para fazer sair um jornal. E precisa disso. O valor mercantil de uma notícia é simultaneamente, em 90% dos casos, um valor ideológico. Visto que é aquela notícia e não outra. É aquele acontecimento visto e comentado de uma maneira e não de outra. É aquele tema de que se fala e aquele outro que se silencia, e que se os media não falam nele significa que para as grandes massas esse tema não existe.. Portanto, não é só de fazer dinheiro que se trata, é também ter lucro político e ideológico.

Há também uma ligação estrutural com a publicidade. É impossível um media – jornal, rádio, meio digital, seja o que for, ter capacidade financeira para avançar sem depender da publicidade. Aliás, é interessante ver as fichas técnicas dos jornais. Tens 15 ou 20 jornalistas na redação e depois tens mais quase outros tantos que trabalham em publicidade, gestão de marca, etc. Sim, porque os jornais deixaram de ter títulos, agora são marcas. Gerem-se marcas. O jornal, o canal televisivo ou radiofónico, a plataforma digital, são produtos que se negociam. Na prática são montras onde se vendem anúncios e se veicula a ideologia da classe dominante. Assistimos à crescente entrada dos produtos publicitários nos produtos jornalísticos. Hoje, é frequente, ainda que não detetável por toda a gente, a existência de determinadas reportagens jornalísticas, ou ditas

jornalísticas, que de uma forma mais ou menos camuflada representam a propaganda de uma marca ou de um ramo de atividade, ou de um partido político, ou de um projeto que se quer promover.

Aqui há uns anos apareceram todos os jornais diários com a mesma primeira página, com publicidade a um banco.

Houve um período em que isso acontecia com alguma frequência, Sim, as chamadas capas falsas, mas aí as pessoas percebem. É demasiado óbvio, o efeito que nesses casos se pretende é a afirmação ostensiva da força do produto anunciado. Mas a publicidade mais sofisticada, insinuada e não gritada, por vezes mesmo disfarçada, essa é mais perigosa e enganadora.

E há as agências de comunicação.

Sim, cada vez mais, as fontes de informação a que os jornais recorrem são fontes organizadas em agências de comunicação, de consultadoria, de assessoria, etc. Em Portugal, há dezenas destas empresas, com grande influência nos órgãos de informação, nomeadamente “sugerindo” temas, pessoas a entrevistar, etc. São elas que em grande parte alimentam o jornal. Induzem nas agendas jornalísticas o tratamento deste ou daquele assunto, como o tratar, com quem falar...Por vezes trata-se de fornecer produtos já praticamente acabados que traduzem os interesses de quem os patrocina, que são grandes empresas e também agentes políticos, partidos que investem nas agências de comunicação para induzir temas e reportagens que têm a ver com a atividade de determinadas forças políticas, económicas, interesses instalados ou que aspiram a instalar-se.

As mais importantes dessas agências têm mais profissionais do que as redações de alguns jornais. São grandes empresas de comunicação. Segundo um estudo, 60% das notícias que aparecem nos jornais são induzidas pelas agências de comunicação. E depois há jornalistas que vão para as agências, há, poucos, que vão das agências para os jornais e haverá os que permanecem, camufladamente, nos dois lados. Ocupam lugares em jornais e têm ligação, directa ou indirecta, a agências de comunicação. Alguns pertencem à chamada elite jornalística. A agenda dos media é parcialmente condicionada e muitas vezes comandada por uma agenda que vem de fora.

Como podemos distinguir a elite jornalística de que fala?

É um erro comum ouvirmos as pessoas referirem-se, para o bem e para o mal, aos “jornalistas”. Principalmente para o mal. A verdade é que, por um lado, como em todas as profissões há bons e maus jornalistas. Por outro lado, e esta é a questão principal, existe uma elite jornalística, entre a qual também há exceções ao que vou dizer, que é aquela que manda nas redações, orienta o que os outros fazem, composta por diretores, editores, chefes, e que depois têm visibilidade pública, aparecem como comentadores e columnistas. São uma pequena minoria mas que aparece diante da opinião pública menos informada como “os jornalistas”. Mas a maioria dos jornalistas são proletários da informação.

A comunicação social acusa as redes sociais de serem um poço de fake news [notícias falsas]. É assim?

Há dois tipos *fake news*. Um são aquelas *fake news* recentes veiculadas pelas redes sociais, por exemplo, para promover a eleição do [Jair] Bolsonaro, mas que,

geralmente, são tão escandalosas e óbvias que só uma massa pouco esclarecida, pouco crítica e pouco armada política, cultural e ideologicamente as consome. Mas as *fake news* sempre existiram. E a comunicação social faz parte desse mundo. Nós temos na sociedade capitalista uma realidade quotidiana de *fake news*. Por exemplo, um noticiário televisivo pode ser em si próprio uma enorme *fake new*, porque dá uma imagem distorcida da realidade. É feita em grande parte de querelas políticas, tragédias, *fait-divers*, em que as causas, as motivações, os contextos são ignorados. Uma pessoa que só veja o telejornal ou que só leia o jornal corre o risco de não conhecer integralmente a realidade porque a realidade social não está ali integralmente refletida. As *fake news* que agora são apontadas podem ser transformadas pela imprensa capitalista num bode expiatório das *fake news* que a própria imprensa transmite no quotidiano.

As pessoas, hoje, preferem acreditar mais naquilo que lêem nas redes sociais do que naquilo que os media transmitem porque estes estão descredibilizados?

Também porque é mais barato, dá menos trabalho, é mais simples, é mais pequeno e há uma falsa sensação de ser mais democrático, mais participativo. Mas aí também há grandes empresas que influenciam as redes sociais e que anulam esta falsa sensação de democraticidade.

A desconfiança cada vez maior na comunicação social tradicional por alavancar o sistema político em que vivemos abre espaço à extrema-direita?

É um perigo real, porque a base de mobilização e convencimento é a mesma. É a ignorância, a falta de consciência política, cívica e cultural. Os “coletes amarelos” são, em parte, reflexo disso mesmo. E isto também é do interesse do sistema. Por isso é que a educação é fundamental. Seja a educação para os media, seja os programas escolares em geral, nomeadamente em disciplinas como a História, seja as iniciativas da sociedade civil nesse sentido. E as universidades estão em boa parte reféns dos grupos económicos porque estão reféns do êxito do mercado de trabalho. Há a convicção, que se compreende, de que tal universidade é boa porque os alunos arranjam emprego e as empresas sabem que isto é assim. Financiam as escolas, aceitam estagiários e depois contratam os melhores, insinuam-se ideologicamente no ensino...

O que pode fazer um jornalista num contexto destes?

O jornalista tem de fazer o melhor possível sendo que ao fim e ao cabo funciona como um operário numa fábrica, só que pela sua origem não tem a consciência de classe que tem a classe operária. Está limitado pelas suas próprias concepções. Um jornalista confronta-se, no dia a dia, entre ou fazer aquilo que lhe mandam ou não fazer e ser posto de lado. Ou ser encarregue de coisas secundárias, desinteressantes, que ao fim de um tempo o fazem distanciar-se do verdadeiro jornalismo. Há que tentar transformar o máximo que for possível quer pela sua intervenção própria, quer na comunhão com outros que estão solidários, ou podem vir a estar, com a sua forma de pensar e agir. É uma luta que, organizadamente, se tem de ir fazendo...

COLETIVIDADES

Eleitos órgãos da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa

As eleições para os órgãos da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa (ACCL), relativas ao triénio 2018/2021, realizaram-se no passado dia 15 de dezembro. Na presidência da direção, mantém-se Pedro Franco, do Futebol Clube Boa-Hora, à frente da Assembleia-Geral continua Vítor Agostinho, d'A Voz do Operário, e, no Conselho Fiscal, Alcides Oliveira, do Grupo dos Nove. Os 18 dirigentes que vão assumir funções no dia 9 de janeiro no Museu do Desporto, no Palácio Foz, são igualmente membros de cerca de duas dezenas de associações de entre as 300 registadas na ACCL. Mas já foram mais. De acordo com Pedro Franco, em declarações à *A Voz do Operário*, só na última década “fecharam mais de 100 coletividades em Lisboa”. O também atual presidente da ACCL considera que o movimento associativo não passa por uma “fase fácil” e que as entidades estatais não olham para as coletividades e casas regionais com a devida atenção. Durante os últimos anos, a associação tem lutado para repor a igualdade e recuperar os direitos retirados às coletividades. “É injusto equipararem-nos a empresas. As rendas e os impostos são pesados e as associações necessitam proteção para que não acabem”, afirmou.

No Programa de Ação apresentado pela lista que agora vai tomar posse acentuou-se, entre outras medidas, a necessidade de “continuar a campanha de filiação às coletividades”, “incentivar a renovação e rejuvenescimento dos órgãos sociais tendo em conta a inclusão de mulheres e jovens” e “estabelecer relações de cooperação entre associações”. Em relação



Torneio de sueca na Caixa Económica Operária

ao funcionamento da ACCL, destaca-se a necessidade de continuar a “valorizar o movimento associativo e popular concelhio”, “reivindicar junto das entidades oficiais (...) o respeito pela sua autonomia” e “desenvolver esforços para apoiar a reativação de

coletividades encerradas ou em atividade”.

Como é já habitual, a ACCL propõe-se mobilizar o movimento associativo para as comemorações do 25 de Abril, festas das coletividades, marchas infantis e galas de fado, entre outras.



... lá se foi todo o bem que a velha tem

A frase feita que o povo usa para se referir ao esbanjamento de riqueza associado à ideia de inconsciência que içá de senilidade, pode aplicar-se, perdoe-nos o leitor o atrevimento, à cidade de Lisboa.

Ela é uma velha senhora, mas ao mesmo tempo uma “menina e moça”, que nem sempre preserva da melhor maneira uma das suas maiores riquezas – a beleza da paisagem.

Tanto a que a natureza lhe empresta como aquela

que muitas gerações foram sobre ela construindo.

Quase todas as capitais da Europa se estendem em planuras – Paris terá duas ou três pequenas colinas; Londres nem tantas; as famosas sete colinas de Roma mal se dá por elas hoje, enquanto que em Lisboa é nelas que reside, tanto a sua riqueza como a sua beleza:

Primeiros planos nos edifícios da cidade, segundos planos no rio e na margem sul, planos distantes na Serra da Arrábida, podem ser usufruídos, em simultâneo, em Monsanto, no Alto do Parque Eduardo VII e em Chelas, no Parque da Bela Vista, em todos os sítios onde as vistas chegam, pelo enfiamento dos vales até ao interior, às cumeadas.

Mais próximo do rio há um rosário de miradouros, verdadeiros mimos na relação entre os cheios, os vazios e o horizonte: em frente do Palácio das Necessidades, no Alto de Santa Catarina, na Nossa Senhora do Monte, para só evocar aqueles em que as vistas têm sido ou estão em perigo de ser maltratadas.

No primeiro, nos terrenos baixos da embocadura do Vale de Alcântara, cresce o edifício de um hospital privado que já vai muito para cima dos telhados vizinhos, no segundo uma erupção de betão já não permite “ver navios” em plenitude e no último parece surgir a ameaça de um descarado “roubo de vistas” por parte do ganancioso mercado imobiliário.

Próximo do rio, onde já se pode ouvir “o toque da água” na muralha de pedra, têm aparecido, incrustados na paisagem, alguns edifícios singulares:

A Fundação Champalimaud, o Museu dos Coches, o Museu da Arquitetura, Arte e Tecnologia – o novo edifício da EDP –, o terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia e os primeiros edifícios de habitação dos “Jardins de Braço de Prata”.

São edifícios formalmente marcantes e acredita-se que poderão induzir imagens e “fazer a paisagem” circunvizinha.

Uns são amáveis, isto é, a Cidade recebe-os de imediato e incorpora-os no seu património, que é, como quem diz, a sua riqueza; outros apresentam-se dissonantes e haverá que esperar que, se tiverem mérito para isso, se mimetizem com o casario e que, daqui a alguns anos, façam parte da riqueza da Cidade.

Oxalá. Porque, caso contrário, alguns poderão vir a ser verrugas na bela face de Lisboa.

E para além de tudo, isto será necessário que, aproveitando a generosidade da natureza, a beleza da zona ribeirinha se estenda ao interior e que os vales que ainda restam livres de betão – Santo António, Chelas, Vale Fundão...sejam objeto de cuidadosas atenções.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosA mentira
de Natal

No período de aproximação às festas natalícias ouvimos diariamente na rádio um anúncio publicitário da Carris apelando à utilização do transporte público para maior facilidade de circulação.

A acreditar na boa fé de tal anúncio, devíamos esperar aumento da oferta, atendendo a que se estava a apelar a um aumento da procura.

O difícil é entender como tal se concretizaria sem um aumento da frota disponível.

Em novembro de 2016, numa ação de propaganda para convencer os utentes que a municipalização da Carris era a solução mágica para todos os problemas, foi anunciado um conjunto de medidas para os três anos seguintes, isto é, até novembro de 2019, onde constava a aquisição de 250 novos autocarros.

Como se previa que nesse período houvesse um abate de 180 viaturas, teríamos um saldo positivo de 70, passando a idade média da frota dos 12 anos, naquela data, para 10 anos.

Associado a este aumento da oferta, no mesmo período, 4455 lugares de estacionamento em parque dissuasores seriam construídos.

Enfim, medidas que não tendo nada a ver com a municipalização, pois tudo poderia ser feito sem alterar o estatuto da empresa, iriam possibilitar uma melhor oferta e consequentemente um melhor serviço público.

Passaram dois anos e o que aconteceu?

Dos 250 novos autocarros nem um para amostra, donde resulta uma frota mais envelhecida e uma oferta em condições mais deficientes.

Novos lugares de estacionamento em parques dissuasores, onde estão?

É nesta realidade que surge o tal anúncio a convencer os utentes a usarem os serviços da Carris como forma de melhorarem a sua mobilidade.

Quem vai de automóvel, se encontra em dificuldades para circular e ouve esta publicidade poderá reagir mentalmente responsabilizando os outros automobilistas pelos seus problemas, por não usarem os serviços da Carris tendo optado por recorrer ao transporte individual.

Quem se está a deslocar nos meios de transporte coletivo que realmente existem poderia indignar-se mas a probabilidade de estar a ouvir a rádio é muito pequena.

É neste mundo de fantasia onde se fazem anúncios de coisas que não se cumprem, talvez porque nunca tenha havido a intenção de cumprir, que se constroem as mentiras que neste caso apelidamos como uma mentira de natal.

Rego Mendes

MOBILIDADE



Travessia fluvial do rio Tejo

Ligações Fluviais do Tejo:
Embarque Adiado

Sofia Riachos

Não receberam qualquer visita do Presidente da República e nem no Orçamento do Estado para este ano viram contemplado o reforço de 5,25 milhões de euros proposto pelo PCP e travado pelo chumbo do PS e pela abstenção do PSD. A degradação das ligações fluviais entre a margem sul do Tejo e a capital, assegurada pela Transtejo e Soflusa, assiste diariamente à supressão de carreiras entre Cacilhas, Seixal, Montijo e o Cais do Sodré, entre o Barreiro e o Terreiro do Paço e entre a Trafaria e Belém com ligações a fazer-se em intervalos de hora a hora, fruto da deterioração das frotas e da redução das tripulações e dos trabalhadores da manutenção que, desde os anos da troika, denunciam navios encostados por avaria ou sem certificado de navegabilidade dada a falta de segurança. A *Voz do Operário* atravessou o Tejo durante o mês de dezembro e testemunhou as dezenas de “suprimidos” nos placards informativos. “É isto. É não saber a que horas volto para casa e ter de acordar três horas mais cedo para ter a certeza que chego ao trabalho”, descreve um dos passageiros do Damião de Goes, um dos seis barcos que faz a ligação entre o Barreiro e Lisboa. “Não há aviso prévio e é esta confusão. É ver aquelas salas de embarque com o dobro da lotação do barco que vai sair e toda a gente a querer entrar”, relata já a bordo. Num desses episódios, duas carreiras suprimidas e outra com dez minutos de atraso, a população do Seixal saltou dos diretos nas redes sociais para as televisões, em plena hora de ponta, quando dezenas de pessoas invadiram o único barco que, durante quatro dias, assegurou a ligação fluvial entre aquela cidade e o trabalho, os estudos e os demais serviços

públicos e de saúde de centenas. Num protesto que paralisou a estação durante uma hora e obrigou à intervenção da Polícia Marítima, a Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul denunciava o “caos instalado” enquanto a Transtejo falava numa “situação pontual” motivada pela avaria de uma das duas embarcações que liga aquelas margens entre as 6h10 e as 23h15 nos dias úteis e 21h30 nos fins de semana. “Penalizando a ligação de Cacilhas desviámos um navio para reforço, o que é muito penalizador para os passageiros de Almada. O que podemos garantir é que os passageiros estão a ser transportados em segurança e nenhum fica em terra”, informava a empresa que dois dias depois via demitido o vogal do Conselho de Administração, José Osvaldo Bagarrão, responsável pela componente operacional das ligações fluviais e portanto pelo facto daquela ligação ter sido assegurada por um único catamarã vários dias. A decisão coube ao Ministério do Ambiente confrontado com diversos protestos e outras manifestações dos utentes do Seixal contra as “constantes supressões”, menos mediatizadas, mas a acontecer desde o primeiro trimestre do ano passado. Com a avaria no Seixal ultrapassada, os problemas ali e nas outras cidades do Tejo persistem. Aos protestos da população que exige o alargamento e a fiabilidade dos horários assim como a diminuição dos preços das viagens, juntam-se os dos trabalhadores que, numa luta transversal pela preservação do serviço público, denunciam os baixos salários, os horários ilegais e a sobrecarga motivada pela falta de trabalhadores. No Barreiro, os trabalhadores pararam no dia de Natal e na noite de Ano Novo. São esperados mais protestos em 2019, apesar do governo ter anunciado, sem data para entrega, a compra de dez barcos.

TRABALHO

Precariedade continua a aumentar



Jovens nas ruas pelo fim da precariedade no trabalho

O número de pessoas empregadas cresceu no último ano à custa do trabalho precário, dizem os números divulgados pela Segurança Social. De acordo com o *Correio da Manhã*, há cerca de 950 mil trabalhadores com vínculo contratual não duradouro. Até ao final de 2017, existiam 950 mil trabalhadores precários, sendo que destes, 71.190 tinham contrato a termo certo e pouco mais de 19 mil a termo incerto. No ano passado, das 125 mil pessoas contratadas para o setor privado, 90 mil tinham contratos com vínculo não duradouro. Segundo o *Observador*, há em Portugal 2,7 milhões de pessoas a trabalharem por conta de outrem, sendo que 1,8 milhões têm contratos sem termo, o que representa cerca de 65% do total. No que toca a salários, diz o site de notícias que os homens continuam a ganhar mais do que as mulheres. O sexo masculino ganha, em média, 1.236,85 euros, enquanto o sexo feminino recebe 1.011,02 euros no final de cada mês – são cerca de 226 euros mensais de diferença. Há ainda mais mulheres a trabalhar a tempo parcial, mais de 141 mil, ao passo que os homens rondam os 65 mil.

Petição da CGTP debatida no parlamento

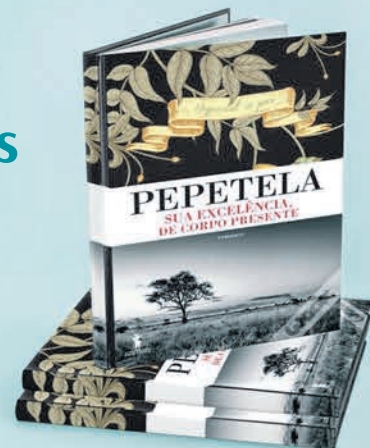
A petição da Intersindical, entregue em janeiro de 2017 ao presidente da Assembleia da República, juntamente com 76.737 assinaturas, foi discutida num momento em que as propostas de alteração à legisla-

ção laboral, negociadas entre o governo e o patronato (com o aval da UGT), aguardam debate na comissão de Trabalho do Parlamento, noticiou a página *AbrilAbril*. A CGTP e os mais de 76 mil subscritores exigem o fim do regime de caducidade, que permite às empresas e associações patronais eliminar direitos conquistados através da contratação coletiva. A petição reivindicava igualmente a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador – tornando impossível que sejam impostos direitos abaixo do Código do Trabalho através da contratação coletiva.

“Saltou a tampa da panela de pressão”

Em entrevista ao Público, o secretário-geral da CGTP avisou que o governo deu prioridade à aprovação dos orçamentos. Enquanto subestimou a resposta aos problemas dos portugueses, deu uma “prenda” de milhões aos patrões do setor privado. Arménio Carlos deixou um alerta: “Assim, é evidente que a conflitualidade vai aumentar (...) No quadro em que o país está – melhor economicamente –, constata-se que não há atualização dos salários dos trabalhadores da administração pública. É inadmissível. Há problemas de carreiras e progressões em que o Governo teve dois ou três anos para discutir e negociar e sistematicamente foi protelando a resolução dos problemas. Agora, saltou a tampa da panela de pressão”.

A VOZ dos livros



Sua Excelência, de Corpo Presente, de Pepetela - Edição D. Quixote

Pepetela é, seguramente, um dos mais ecléticos, inventivos e interessantes escritores angolanos da sua geração e, concomitantemente, um dos mais inovadores de uma literatura africana que tem o português como língua de suporte e matriz de imaginários, recriando o português, e a sua especificidade sintáctica, a partir das línguas autóctones e de uma cultura que, sendo específica e autónoma, não deixa de conter, no seu percurso histórico, cultural e afectivo, traços comuns com uma identidade lusófona em que todos nos revemos.

Prémio Camões em 1997, Pepetela, iniciou a sua carreira literária com a novela *As Aventuras de Ngun-ga*, em 1972, ainda com Angola sob administração colonial, tendo publicado em 1980 esse romance incontornável sobre a resistência ao fascismo de Salazar e Caetano, que é *Mayombe*, visão do conflito visto pelo lado dos guerrilheiros, livro que continua a ser, 38 anos depois da sua publicação, uma referência na literatura que tem a *guerra colonial* como espaço central de ficcionalidade.

Autor profícuo, com mais de 23 títulos publicados, entre crónicas, novela e romances, Pepetela não deixou, quase sempre, de ter a sua Angola natal como espaço privilegiado de especulação ficcional, mesmo quando esse espaço, como acontece neste *Sua Excelência, de Corpo Presente*, não é referido especificamente.

Partindo de uma ideia algo macabra, em que o humor negro, o fantástico e o *nonsense* prevalecem, e onde adivinhamos uma respiração próxima de Garcia Marquez, Pepetela traça, com demolidora e crítica acutilância, o retrato de um ditador de uma nação africana que, mesmo morto (a acção passa-se durante o velório) ainda consegue ver, ouvir e pensar. É um tempo de balanço em que o sinuoso percurso político do ditador é por este inventariado, enquanto observa todos quantos, sem comoção, cumprindo um ritual sem alma, por dever de ofício ou posição hierárquica, lhe vêm prestar a derradeira homenagem, não perdendo a oportunidade (será feito dos ditadores), através do seu *espião-de-um-só-olho* (o único *ser vivo* por aquelas paragens, que consegue dialogar com ele a partir do esquite) de preparar a sua sucessão e perpetuar a corrupção, as prebendas e o esbulho do património do Estado.

O final deste romance, que nos fala do poder e do seu perverso uso, do totalitarismo travestido de democracia (e esta ideia é transversal ao estado em que hoje funcionam, tanto em África como na Europa ou nos EUA, as denominadas *democracias ocidentais*) é um achado e caracteriza, só por si, o escritor satírico e mordaz que Pepetela é.

Domingos Lobo

PLURAL

Trabalhadores da cultura conquistam redução de horário e aumentos salariais



Trabalhadores da Plural à porta da empresa

Os trabalhadores do Grupo Plural Entertainment (GPE) decidiram em plenário fechar acordo com a administração depois de esta ter aproximado a sua proposta às reivindicações de quem ali trabalha. Nas reuniões realizadas em Bucelas e em Guimarães, onde alguns trabalhadores estavam em gravações, a votação confirmou o levantamento do pré-aviso de greve marcada para o período de 18 a 31 de dezembro, o anúncio foi feito pelo Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE).

Depois de uma greve às horas extraordinárias que começou a 4 de dezembro, o CENA-STE destacou em comunicado que o acordo com a administração prevê a redução gradual do horário máximo de trabalho, devolvendo quase 500 horas por ano aos trabalhadores, e aumentos salariais escalonados que beneficiam os mais baixos, na ordem dos 40 euros. O acordo prevê ainda que, em 2019, as negociações vão continuar para que em 2020 e anos seguintes se continuem a recuperar direitos e se otimize a necessária reorganização da empresa com o objetivo de atingir as 8 horas de trabalho diário. O documento acrescenta também que o acordo garante que os trabalhadores freelancers não serão prejudicados pela sua intervenção sindical.

O sindicato refere que a luta dos trabalhadores do GPE “demonstra que com união, solidariedade, persistência e força, é possível atingir objetivos que parecem inalcançáveis” e frisa que sendo certo que este acordo representa “um compromisso entre as partes e [...] não faz total justiça a vários anos de horários desregulados e extenuantes e sem aumentos salariais e

com condições de trabalho longe das ideais. Mas também é certo que esta conquista é real, fará diferença na vida dos trabalhadores” e “certamente demonstrará que o audiovisual e particularmente a produção de conteúdos televisivos, não pode viver num mundo à parte das regras laborais do país nem pode continuar a suportar a sua actividade em baixos salários, horários desregulados e em taxas altíssimas de precariedade”. O CENA-STE entende também que o passo seguinte será “alcançar a regulamentação para todo o setor”. O GPE não é a única empresa do setor onde existem estas condições. De acordo com o sindicato, a desregulação é “clara e, em muitas situações, suportada em práticas claramente ilegais”.

O GPE, integra o Grupo Media Capital (GPE), e é um dos maiores produtores de conteúdos televisivos em Portugal. As suas produções são feitas por trabalhadores especializados, com diferentes tipos de formação académica, profissional e, em muitos casos, já com vários anos de experiência na sua função. O CENA-STE, mandatado por plenários que nos últimos meses foram decidindo ações e formas de luta a tomar, tinha reunido desde junho com representantes das administrações do GMC e do GPE “sem que tenha sido possível aproximar de forma concreta e clara as reivindicações dos trabalhadores, existindo pouca abertura negocial”. Esta greve tinha surgido também depois de a empresa ter falhado, uma vez mais, o prazo de entrega formal de uma proposta que fosse ao encontro das reivindicações apresentadas. Apesar de os trabalhadores e o CENA-STE terem comunicado que se mantinham disponíveis

para negociar de modo a cancelarem a greve marcada, o GMC e GPE optaram por declinar a reunião que estava agendada para 27 de novembro.

CCB - Greve de técnicos cancela “Fausto”

A greve dos técnicos de palco e audiovisuais da Fundação Centro Cultural de Belém (FCCB) levou ao cancelamento do espetáculo “Fausto”, adiantou a entidade, de acordo com a *Agência Lusa*, manifestando “surpresa” pelo sucedido. Mas dias antes, o CENA-STE alertava já para o risco de não se realizar este e outro espetáculo, “Hakanai”, no Pequeno Auditório. De acordo com o sindicato, “as reivindicações destes trabalhadores prendem-se, sobretudo, com o recurso abusivo à figura de trabalho suplementar e consequente desregulação total de horários de trabalho”.

Depois da apresentação do pré-aviso de greve, e depois de reunião com o presidente do Conselho de Administração, Elísio Summavielle, a organização sindical considerou que ainda não haviam sido dados os passos necessários por parte da administração “para estabelecer um entendimento com estes trabalhadores de modo a evitar constrangimentos para a própria programação do CCB”.

Para estes trabalhadores, a produção e a criação artística e a restante programação de um espaço “tão prestigiado e importante para o país como o CCB, não acontecerão nunca sem os seus trabalhadores” e pedem respeito e condições “para que desempenhem o seu trabalho de forma digna e em respeito pelos seus direitos e sem sacrifícios constantes da sua vida pessoal e familiar”.

SÍRIA



Cartoon (créditos / www.topetglz.org/)

Estados Unidos retiram tropas

Donald Trump assinou a ordem de retirada das tropas norte-americanas da Síria e parcialmente do Afeganistão no fim do mês passado. A decisão que surpreendeu várias figuras da Casa Branca levou à demissão de James Mattis, secretário de Defesa, por não concordar com as medidas. A saída de mais de 2 mil soldados do território sírio deve-se, segundo Washington, à derrota do Estado Islâmico pelos Estados Unidos, omitindo o papel da Síria, da Rússia e do Irão.

Contudo, tropas turcas concentram-se junto à fronteira síria com o presidente Tayyip Erdogan a ameaçar com uma operação militar contras as forças das Unidades de Proteção Popular curdas (YPG) no lado oriental do rio Eufrates. O ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, declarou que Ancara está determinada

a invadir o norte da Síria o mais rapidamente possível, informou o jornal turco Hurriyet.

Já a porta-voz do Ministério russo dos Negócios Estrangeiros, Maria Zakharova, afirmou que “os territórios ocupados ilegalmente pelos Estados Unidos devem estar debaixo da autoridade do Estado sírio”.

No meio da tensão de um país que sai lentamente da ameaça terrorista, Israel decidiu bombardear os arredores de Damasco na noite de natal quando milhares de cristãos celebravam o nascimento de Cristo. De acordo com a agência de notícias síria, Sana, apesar de a maioria dos mísseis israelitas foram interceptados pela Síria, três soldados ficaram feridos e o tráfego aéreo civil foi afetado nos aeroportos de Damasco e Beirute, no Líbano.

VENEZUELA

Nicolás Maduro denuncia planos de agressão

O presidente venezuelano Nicolás Maduro denunciou uma série de planos que estariam a ser desenvolvidos pelos Estados Unidos, Colômbia e Brasil para o derrubar. Maduro acusou o conselheiro de segurança da Casa Branca, John Bolton, de preparar, em conjunto com a Colômbia, um plano para assassiná-lo, e de ter envolvido o Brasil numa conspiração para destabilizar a Venezuela. Bolton teria atribuído a Bolsonaro algumas missões que fariam parte deste plano durante a visita realizada pelo assessor ao presidente eleito, no Rio de Janeiro, em novembro. A parte de Bolsonaro na conspiração seria realizar “provocações militares” na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Afirmou ainda que John Bolton “foi designado como chefe da conspiração contra a Venezuela, para procurar uma intervenção estrangeira e impor um conselho de governo transitório”. Segundo o presidente venezuelano, um grupo paramilitar, batizado de G8, estará a treinar na província colombiana de Norte de Santander. “Estão a preparar 734 mercenários, entre colombianos e venezuelanos, para, em qualquer momento, realizarem ataques a unidades militares na fronteira e iniciar uma escalada de vio-

lência para confundir a opinião pública e justificar qualquer outra ação militar contra a Venezuela”, denunciou.

O presidente venezuelano que toma posse para um novo mandato de seis anos no próximo dia 10 foi eleito a 20 de maio do ano passado numa jornada eleitoral em que participaram mais de nove milhões de eleitores e na qual Nicolás Maduro obteve 68% dos votos contra os 21% de Henri Falcón e os 11% de Javier Bertucci.

Alinhados com os Estados Unidos, o Grupo de Lima, organização conformada por 14 países, concluiu, depois de um encontro em Bogotá, que não vão reconhecer os resultados das últimas eleições presidenciais na Venezuela e que não vão legitimar o novo mandato do atual presidente venezuelano. Na reunião que contou com a participação de países como a Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Perú e Santa Lúcia, os representantes dos vários Estados marcaram um novo encontro para o início deste mês, em Lima, onde pretendem oficializar a decisão a seis dias da tomada de posse de Nicolás Maduro.

UCRÂNIA

Incidente no Estreito de Kerch aumenta tensão

A três meses das eleições presidenciais com as sondagens a ditar o afastamento de Piotr Poroshenko e a dar a vitória a Iulia Timoshenko, foi suspensa a lei marcial nas regiões encostadas à fronteira com a Rússia depois de um incidente grave entre navios militares de Kiev e de Moscovo no Estreito de Kerch. À entrada do Mar de Azov, Kiev violou os artigos 19 e 21 da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar ao fazer entrar em águas russas, sem autorização, três embarcações. A Rússia acionou o mecanismo de segurança de navegação e teve de intervir capturando os três navios e a respetiva tripulação por não obedecerem às autoridades russas. A bordo, para além de vários oficiais dos serviços secretos ucranianos, informação confirmada pelo próprio Petr Poroshenko, havia várias armas ligeiras e metralhadoras.

O governo russo denunciou que foi uma provocação orquestrada para condicionar o processo eleitoral que está

agendado para 31 de março. Foi precisamente no leste do país que as populações se insurgiram, em 2014, contra o golpe de Estado realizado na capital contra o então presidente Viktor Ianukovich. Nesse mesmo ano, as regiões de Donetsk e Lugansk declararam a independência e acusaram o governo ucraniano de tentar impôr o fascismo no país. Em 2015, o parlamento de Kiev abriu caminho a um processo de ilegalização e proibição de todos os símbolos e organizações comunistas, entre as quais o Partido Comunista, que em importantes cidades do leste da Ucrânia ultrapassava os 20% dos votos.

No fim dezembro do ano passado, o mesmo parlamento decidiu tornar feriado a data de nascimento de Stepan Bandera, o principal colaborador dos nazis na Ucrânia durante a 2.ª Guerra Mundial. O mesmo órgão já tinha reconhecido que todos os ucranianos que combateram ao lado dos nazis são veteranos de guerra.

TEATRO



Em janeiro, o salão d'A Voz do Operário recebe o São Luiz Teatro Municipal para a estreia de *Limbo*, o mais recente trabalho da encenadora Sara Carinhas. Trata-se de uma exibição “fora de portas” do Teatro São Luiz, que coloca o espectador em confronto com lugares fora dos espaços de fruição convencionais.

Limbo abre-se como um espaço de reflexão íntima sobre “o medo, a maldade, e todos os traumas que surgem relacionados com atos de violência, abandono e invasão”, socorrendo-se do *corpo* de um grupo de jovens atores com diferentes nacionalidades e percursos, num registo intermitente entre a realidade e a ficção.

À *A Voz do Operário*, Sara Carinhas conta que *Limbo* começou numa viagem à Grécia, em 2015, “na tentativa de testemunhar a chegada de refugiados”. No entanto, trabalhar o que viu revelou-se impossível, “seria coisa

frágil e incompleta”, mas ficou um “abrir de olhos” que se verteu por todo o espetáculo. “Naturalmente o que resta ocupa um espaço de olhar interior de cada um, de cada trauma, de cada memória, e a relação desse olhar com o mundo em redor, é assim que a reflexão sempre acontece – é sempre e somente um ponto de vista.”

Começou a construir o trabalho a partir das suas leituras, ainda solitariamente. Muitas delas não terão passado dali, terão ficado guardadas como “segredos” necessários ao processo de criação. Destas leituras que viriam a ser posteriormente partilhadas com os atores, destaca textos de campos diversos como da ficção, do jornalismo, entrevistas, poesia e escritos pessoais, “sempre em torno da maldade, de migrações, sonhos, guerra, infância.” São “registos propositadamente diferentes, partindo do princípio que assim seria com o próprio espetáculo – uma

mistura de depoimentos originais com outros documentos exteriores, que não partiriam só de textos mas também de imagens e filmes assim como música.” O texto final acabaria por resultar das ligações emocionais da autora e dos próprios atores a estes elementos. Para Sara Carinhas foi importante que tal ficasse refletido no processo e no trabalho final, acreditando que “o material se faria a si próprio dessa forma.” Assim, *Limbo* “não seria só sobre dizer texto (...) o texto é neste caso mais do que as palavras ditas, tem um corpo maior.”

Apresentar *Limbo* no salão d'A Voz do Operário também acarreta transformações na perceção do material artístico e do trabalho criativo: “fez-me sentido propor um objeto que existisse ele mesmo num local intermédio, possível de ser ocupado e transformado mesmo que pareça deslocado e vazio(...) A dimensão do salão d'A Voz do Operário é assustadora, o que é bom - tanto atores como espectadores sentir-se-ão pequenos, abandonados e dentro de um espaço que parece ele mesmo parado num tempo que não é o de agora. Um espaço que, por ser salão, parece ainda assim prometer um género de entretenimento que pode ou não coincidir com o do nosso espetáculo e essa expectativa também é boa”.

O espetáculo não se assume isento. É manifesto na sua própria irregularidade e diversidade de espaço, de meios, de corpos, de registos, “a política de um gesto artístico estará lá sempre, dentro e fora das palavras que se dizem, porque é uma ação - agir, atuar, intervir, afirmar, ocupar espaço, de uma determinada maneira será sempre política.”

Limbo é o sexto trabalho autoral da criadora de 31 anos. Sara Carinhas iniciou o seu trabalho como atriz no teatro em 2003. Em cinema, trabalhou com realizadores como Alberto Seixas Santos, Manoel de Oliveira e Tiago Guedes. Em 2013, assinou a encenação e adaptação de *As Ondas* de Virginia Woolf.

Limbo, de Sara Carinhas

Com: António Bollaño, Carolina Amaral, Filomena Cautela, Marco Nanetti, Nádia Yracema, Pierre Ensergueix;
De 12 a 22 de janeiro, 21h; Conversa com os artistas no sábado, 19 de janeiro, após o espetáculo;
Salão d'A Voz do Operário
Bilhetes: 12 € / Sócios d'A Voz xx €

Sugestões culturais:

Sopro, Teatro nacional D.Maria II



A aclamada peça de Tiago Rodrigues de 2017 volta a estar em cena de 11 a 19 de janeiro.

A trama tira da sombra Cristina Vidal, ponto do Teatro Nacional há mais de 25 anos, que juntamente com outros cinco atores e muitas invocações reconstróem a vida (real e ficcionada) de um teatro.

Centro de Recuperação do Lobo Ibérico



Criado em 1987 com o objectivo de providenciar um ambiente, em cativeiro, adequado para lobos impossibilitados de viver no seu habitat natural, disponibiliza uma exposição sobre o Lobo e a visita guiada pelos diversos cercados, possibilitando a observação do lobo em condições seminaturais. Visitas sob marcação e entrada gratuita para crianças até aos 4 anos.

A Viagem de Alexandra, Papiano Carlos



As edições *Avante!* reeditam o livro do poeta autor da *Menina Gotinha de Água*, nesta nova edição com ilustrações de Susana Matos. Esta obra didática proporciona um encontro entre ciência e imaginação. Através de Alexandra, uma menina internada após ter sido atropelada, conta-se a viagem do sangue, aqui um rio de 100 000 km.

Terra Adentro, A Espanha de Joaquín Sorolla, MNAAC, até 31 de março



O Museu Nacional de Arte Antiga reúne nesta exposição 118 obras do pintor valenciano Joaquín Sorolla y Bastida (1863-1923). Conhecido como “mestre da luz”, foi responsável pela construção imagética paisagística e etnográfica da Espanha na viragem do século XIX para o século XX, executada nas suas viagens por todo o território.

ÓBITO



Vitor Neves, dirigente d'A Voz do Operário durante 14 anos.

Até sempre, Vítor Neves

Há homens para quem a morte nada pode quando a marca que deixam permanece viva. É o caso de Vítor Neves, tesoureiro da direção d'A Voz do Operário durante 14 anos. A intensa vida de participação social que se apagou no mês passado aos 73 anos permanece na memória de todos. A 1 de julho de 1959, começou a trabalhar como ordenança e no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Três anos depois, fez-se sócio do Sport Lisboa e Benfica, que acabava de conquistar a sua segunda Taça dos Campeões Europeus. Não deixou de estar ligado profissionalmente e associativamente a nenhum dos dois. Em 1974, quando o povo português derrotou o fascismo e abriu portas a profundas transformações sociais, Vítor Neves não quis ser espetador e aderiu ao Partido Comunista Português (PCP). Organizado no setor dos trabalhadores bancários, onde foi dirigente, assumiu tarefas de grande responsabilidade. Com muitos outros, lutou pela nacionalização da banca, combateu a fuga de capitais e o boicote dos banqueiros à revolução de Abril. Foi graças a esse esforço que, depois de 11 de março de 1975, o governo encabeçado por Vasco Gonçalves decreta a nacionalização da banca com o Conselho da Revolução a justificar tal medida com a necessidade de concretizar “uma política económica antimonopolista” que servisse “as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas”. É então que Vítor Neves representa os trabalhadores no Conselho de Administração do BES não mais deixando de estar ligado ao banco. Quando se reformou, depois de meio século de trabalho, saiu como coordenador do Departamento de Acompanhamento de Empresas e Recuperação de Crédito, assessor do Conselho de Administração e membro do Conselho de Solidariedade Social do Grupo BES. Os que o conheceram falam de alguém de trato fácil, inimigo da burocracia e defensor do bom senso.

Modesto e afável, Vítor Neves era considerado um homem íntegro e vertical pelos seus amigos, colegas e camaradas. A sua condição de comunista assumido nunca impediu que setores políticos muito diversificados o respeitassem. Para além do trabalho no BES e o compromisso com o seu partido de sempre, Vítor Neves foi dirigente do Sport Lisboa e Benfica. Recebeu o emblema de ouro em 2013. Foi vice-presidente da Assembleia-Geral do Benfica nos últimos mandatos e foi objeto de uma sentida homenagem do clube, incluindo um minuto de silêncio no Estádio da Luz antes do início de uma partida de futebol. À A Voz do Operário, deu um contributo inestimável e foi homenageado em várias iniciativas. Foi um dirigente incansável que ajudou à resolução de importantes e urgentes problemas comprometendo-se com as ideias que norteiam a fundação da instituição desde o seu primeiro dia. Vítor Neves procurava, numa discussão, perante um problema ou uma dificuldade, colocar-se na perspetiva de, na base dos princípios, encontrar as soluções. Para tal recorria do seu importante arsenal de experiência, conhecimento e cordialidade. Ao longo de 14 anos como tesoureiro d'A Voz do Operário desempenhou um importante papel na instituição. Em períodos de grandes dificuldades financeiras não poupou esforços para fazer face às exigências, tendo sempre à cabeça a preocupação com os utentes e os trabalhadores d'A Voz. Algumas vezes, foi a sua experiência, a sua criatividade e o seu empenho que conseguiram solucionar situações difíceis da instituição. Deu ainda um importante contributo para a valorização do património d'A Voz do Operário. Vítor Neves foi um bom exemplo do homem que coloca as suas capacidades ao serviço do seu semelhante.

Como outras mulheres e homens, Vítor Neves entra para esta história associativa fazendo parte de um legado pelo qual muitos deram o melhor das suas vidas.

A Voz do Operário há 100 anos

Os ultimos acontecimentos

Todos esperavam que terminada a guerra, essa medonha carnificina cuja lembrança nos aterrorisa, o nosso país entraria na normalidade e a atuação económica do povo ir-se-ia modificando dia a dia. No entanto, essas esperanças falharam por completo. Estão por tal forma infiltrados, na sociedade portuguesa, o odio e a inveja mesquinha, tem-se feito, com tanta profusão, uma sementeira de ódios vis, tem-se olhado com tanto desprezo para a vida humana, que Portugal continua hoje na mesma situação em que estava hontem, no periodo agudo da guerra. Nenhuma modificação se operou nas condições económicas das classes productoras. Nem um passo sequer se deu para sopear as ambições desmedidas dos salteadores que teem açambarcado todos os productos necessarios á alimentação. Se hontem, havia miseria, a miseria persiste ainda pela mesma fórma desapiedada.

1918-1919

Findou o anno de 1918 e com elle desapareceu o grande cataclismo que enlutou o mundo inteiro pelo espaço de tempo que por todos é conhecido. Mas, por esse facto, não devemos julgar que isso foi o sufficiente, porquanto ainda não foi tudo. É necessário muito mais. Manifesta-se a necessidade absoluta dos povos se impõem por uma existencia de paz e de concordia. O armistício nada ainda resolveu. Todos passámos as duras inclemencias d'essa grande guerra e soffremos os maiores dos sacrificios, em proveito de quem a provocou. Temos obrigações de exigir responsabilidades, e isso cumpre-nos a nós, trabalhadores, productores de tudo que serve de goso á burguezia. São esses que comnosco teem de prestar contas, visto que tudo perdemos e soffremos em seu proveito. Continúa a exploração e o açambarcamento de tudo que nos é indispensavel, e esse facto mais revolta faz crear nos povos que se querem emancipar, procurando melhor futuro. A hora soou. Nada de paliativos. Causa alguma nos fará recuar. É o nosso dever e a nossa obrigação que se impõem. A marcha progressiva da massa trabalhadora ninguem a póde impedir. Os canhões não mais se ouvirão. Para resolver o assumpto apenas basta o simples cruzar de braços. Para tal cura existe o remedio em nossa mão.

Operários conscientes e leaes: caminhemos, como nos obriga o momento! O anno que findou obriga-nos a avançar e a derrotar o que nos é prejudicial. É necessario, portanto, seguir o lemma: *Anno novo, vida nova.*

5 de janeiro de 1919